

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 805/14



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 4, DE 2014 – CN, PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRÁS), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2014 E RELACIONADAS À COMPRA DA REFINARIA DE PASADENA, NO TEXAS (EUA); AO LANÇAMENTO DE PLATAFORMAS INACABADAS; AO PAGAMENTO DE PROPINA A FUNCIONÁRIO DA ESTATAL; E AO SUPERFATURAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2014

(Do Senhor Izalci)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE da Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil, para prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE da Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil, para prestar esclarecimentos.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 23/10/14
As 12:00 horas.

JUSTIFICAÇÃO

Matheus Daniel dos Santos
Técnico Legislativo
Mat. 267718



CONGRESSO NACIONAL

Na data de 27 de setembro de 2014, a versão *online* da revista *Veja* divulgou¹ a notícia (anexa) que seria veiculada pela edição n.º 2393 daquele periódico, dando conta de que, nos depoimentos prestados em sua colaboração premiada, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, declarou que no ano de 2010 havia sido procurado por Antonio Palocci, coordenador do comitê eleitoral do PT, para repassar R\$ 2 milhões para a campanha eleitoral de Dilma Rousseff à Presidência da República, via Alberto Youssef.

Conforme notícia a edição n.º 2393 de *Veja*, “quando as autoridades quiseram saber se o dinheiro chegou ao caixa de campanha de Dilma em 2010, Paulo Roberto limitou-se a dizer que acionou o doleiro Youssef para providenciar a ‘ajuda’. O ex-diretor disse aos investigadores que não poderia dar certeza de que Youssef repassou o dinheiro pedido pela campanha de Dilma, mas que ‘aparentemente’ isso ocorreu, pois Antonio Palocci não voltou a procurá-lo”.

O fato é de extrema gravidade, de maneira que se faz necessária a vinda da Presidente **Dilma Rousseff** para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2014.

**DEPUTADO IZALCI
PSDB/DF**

¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/paulo-roberto-costa-revela-palocci-pediu-dinheiro-da-quadrilha-que-operava-na-petrobras-para-a-campanha-de-dilma/>.

O NÚCLEO ATÔMICO DA DELAÇÃO

Paulo Roberto Costa, no processo de delação premiada, disse às autoridades que a campanha de Dilma em 2010 pediu dinheiro ao esquema de corrupção que ele liderava na Petrobras

RODRIGO RANGEL

Desde o fim de agosto, quando começou a revelar os detalhes do megaesquema de corrupção montado no coração da Petrobras, a maior estatal brasileira, o engenheiro Paulo Roberto Costa já deu aos policiais federais e procuradores informações suficientes para abrir dezenas de inquéritos contra políticos e empresários com culpa no cartório. Paulo Roberto passou oito anos à frente da diretoria de Abastecimento. Chegou ao posto em 2004, no governo Lula, e lá permaneceu após a posse de Dilma Rousseff. Ficou até 2012. Paulinho, como era carinhosamente chamado por Lula, foi indicado para a diretoria pelo PP, um dos partidos da base governista. Ele se mostrou tão eficiente aos olhos dos políticos que logo passou a ser apoiado também pelo PT e pelo PMDB.

COLABORACÃO O delator contou aos investigadores que, no final do governo Lula, Palocci o procurou para pedir 2 milhões de reais para a campanha de Dilma

Há três semanas, VEJA revelou que o ex-diretor da Petrobras havia dado às autoridades o nome de mais de trinta políticos beneficiários do esquema de corrupção. A lista, àquela altura, já incluía algumas das mais altas autoridades do país e integrantes dos partidos que dão sustentação ao governo do PT. Ficou delineada a existência de um propinoduto cujo objetivo, ao fim e ao cabo, era manter firme a base aliada. O esquema foi logo apelidado de "petrolão", o irmão mais robusto mas menos conhecido do mensalão, dessa vez financiado por propinas cobradas de empresas com negócios com a Petrobras. À medida que avançava nos depoimentos, Paulo Roberto la dando mais detalhes sobre o funcionamento do esquema e as utilidades diversas do dinheiro que dele jorrava. Era tudo tão bizarro, audacioso, inescrupuloso e surpreendente, mesmo para os padrões da corrupção no mundo oficial brasileiro, que alguém comparou o esquema a um "elefante voador" — algo pesadamente inacreditável, mas cuja silhueta estava lá bem visível nos céus de Brasília.

A reportagem de VEJA estampada na capa da edição de 10 de setembro passado revelou a mais nítida imagem do bicho. Ninguém contestou as informações. Agora, surge mais um "elefante voador" originário do mesmo ninho do anterior. Paulo Roberto Costa contou às autoridades que, em 2010, foi procurado por Antonio Palocci, então coordenador da campanha da presidente Dilma Rousseff. O ex-diretor relatou ter recebido do ex-ministro um pedido de pelo menos 2 milhões de reais para a campanha presidencial do PT. A conversa, segundo ele, se deu antes do primeiro turno das eleições. Antonio Palocci conhecia bem os meandros da estatal. Como ministro da Fazenda, havia integrado seu conselho de administração. Era de casa, portanto, e como tal tinha acesso aos principais dirigentes da

Da Petrobras aos suspeitos de sempre

VEJA de 10 de setembro passado trouxe na capa a informação de que Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, valendo-se da delação premiada, contou à Justiça como funcionava o esquema de corrupção multipartidário na estatal

ORIGEM

O governo Lula oferece a partidos aliados a indicação de diretores para a Petrobras

O GERENTE

Indicado por PP, PMDB e PT, o delator Paulo Roberto Costa foi para a diretoria de Abastecimento

EXCLUSIVO ESCÂNDALO DA PETROBRAS O DELATOR FALA

■ O nome dos políticos envolvidos no megaesquema de corrupção: governadores, senadores, deputados federais e um ministro
■ O dinheiro sustentava a base aliada do PT no Congresso
■ Houve propina na compra da refinaria de Pasadena

PMDB

PT



SANKSIDER



Galvão

O INVESTIDOR
Costa disse que seu papel no esquema era arrancar propinas de até 3% do valor dos contratos assinados por grandes empresas com a estatal

JARAGUA



Cândido Vaccarezza



Sérgio Cabral



Roseana Sarney



Mário Negromonte



Eduardo Campos



Edison Lobão



João Pizzolatti

Henrique
Eduardo Alves

Ciro Nogueira



Renan Calheiros



Romero Jucá

O “petrolão”

Como no mensalão, o dinheiro obtido das propinas pagas por empresas contratadas pela Petrobras era usado para comprar o apoio de políticos aliados. Acima, alguns dos citados por Costa na delação premiada

O CAIXA

A Polícia Federal calcula que pelo esquema da Youssef tenham passado cerca de **10 bilhões de reais**

O BANQUEIRO

As propinas eram dadas pelas empresas ao doleiro Alberto Youssef, que emitia recibos ou notas fiscais de modo a simular a contratação de serviços por elas

NÚCLEO ATÔMICO

VEJA obteve na semana passada mais uma parte da delação premiada de Paulo Roberto Costa. É apenas um trecho dos depoimentos, mas seu conteúdo tem poder explosivo muito mais destrutivo

A CAMPANHA DE DILMA EM 2010

Em seu processo de delação premiada, Paulo Roberto Costa disse que, em 2010, foi procurado por Antonio Palocci, coordenador do comitê eleitoral do PT, que pediu dinheiro para a campanha

O QUE ACONTECEU DEPOIS

Paulo Roberto Costa disse aos investigadores que encaminhou o pedido de Palocci ao doleiro Youssef. As autoridades quiseram saber se Youssef foi procurado por Palocci e se ele deu o dinheiro pedido. Costa disse que não sabia, mas que "aparentemente sim", pois Palocci não o procurou mais

O QUE PODE ACONTECER AGORA

O doleiro Youssef está preso e decidiu também fazer delação premiada. Youssef pode esclarecer se o ciclo do propinoduto se fechou também no pedido de dinheiro para a campanha de Dilma em 2010

NO PARTIDO

João Vaccari, tesoureiro do PT, era, segundo o delator, o encarregado de recolher uma parte do dinheiro desviado da Petrobras

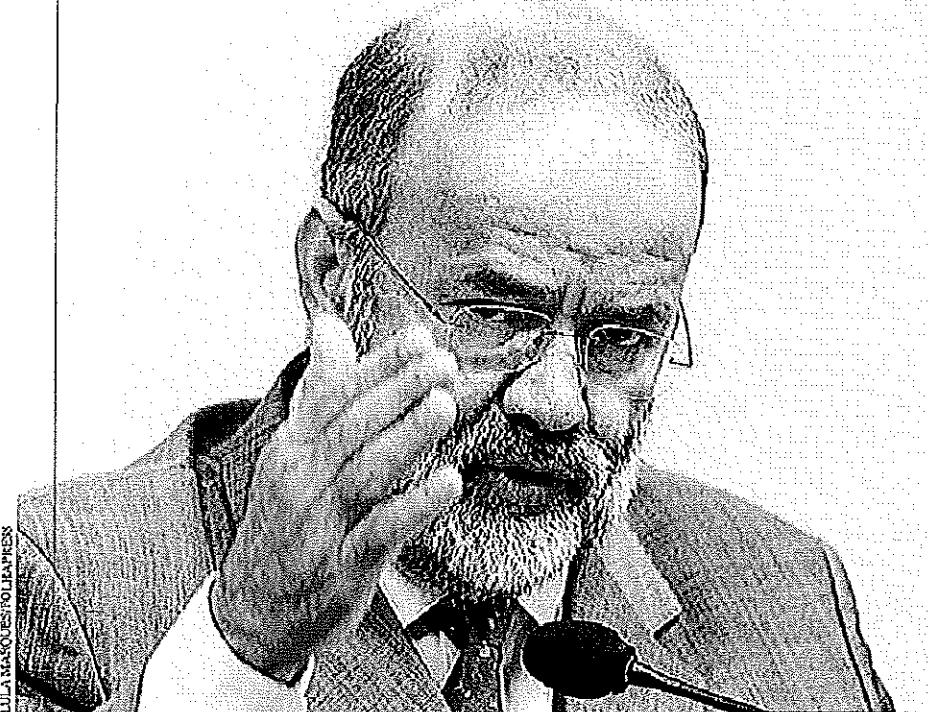
companhia. Aos investigadores, Paulo Roberto Costa contou que a contribuição que o ex-ministro pediu para a campanha de Dilma sairia da "cota do PP" na Petrobras.

Para fecharem negócios com a estatal, as empreiteiras repassavam aos políticos um porcentual que chegava a até 3% do valor do contrato. As comissões eram divididas entre os partidos que apadrinhavam os diretores das áreas com as quais os contratos eram fechados. Cada sigla recebia a sua parte. No caso da diretoria de Abastecimento, o caixa era controlado pelo PP e administrado pelo doleiro Alberto Youssef. Como VEJA já revelou, as propinas arrancadas por Paulo Roberto Costa das empresas eram entregues a Youssef disfarçadas de pagamentos por serviços prestados pelo doleiro, que atuava também como pagador, fazendo o dinheiro chegar aos políticos brindados pelo esquema. A polícia já tem provas contundentes sobre o envolvimento de algumas das maiores empreiteiras do país.

Quando as autoridades quiseram saber se o dinheiro chegou ao caixa de campanha de Dilma em 2010, Paulo Roberto limitou-se a dizer que acionou o doleiro Youssef para providenciar a "ajuda". O ex-diretor disse aos investigadores que não poderia dar certeza de que Youssef repassou o dinheiro pedido pela campanha de Dilma, mas que "aparentemente" isso ocorreu, pois Antonio Palocci não voltou a procurá-lo.

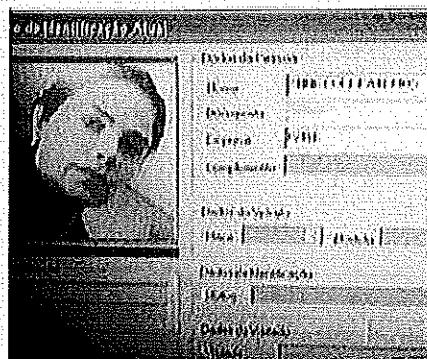
Como diretor, Paulo Roberto era responsável por administrar contratos vultosos da Petrobras. Sob sua alcada estavam, por exemplo, obras de construção de refinarias, aluguel de navios e plataformas e manutenção de oleodutos. Eram negócios que, muitas vezes, passavam em muito a casa do bilhão. Aos policias e procuradores, o delator contou que não punha a mão na massa. Embora tenha se beneficiado pessoalmente

LULA MARQUES/OLIMPIC PRESS

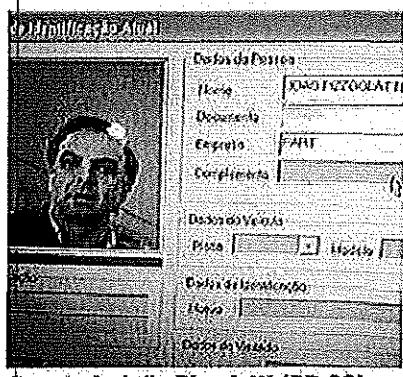


A ilustre clientela do doleiro

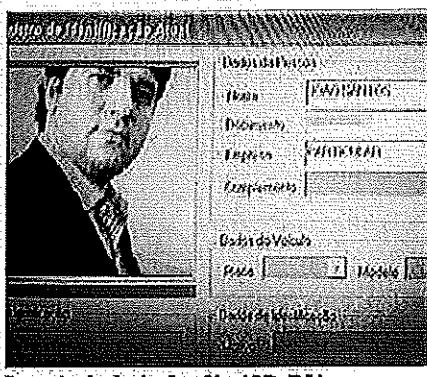
VEJA revelou que um grupo de parlamentares fazia uma verdadeira peregrinação pelo escritório do doleiro Alberto Youssef. As imagens são dos computadores da portaria do prédio, que mantinha arquivado o cadastro de visitantes. A polícia já recolheu os registros, que serão anexados como prova no Inquérito que investigará a participação dos deputados no esquema de recebimento de propina.



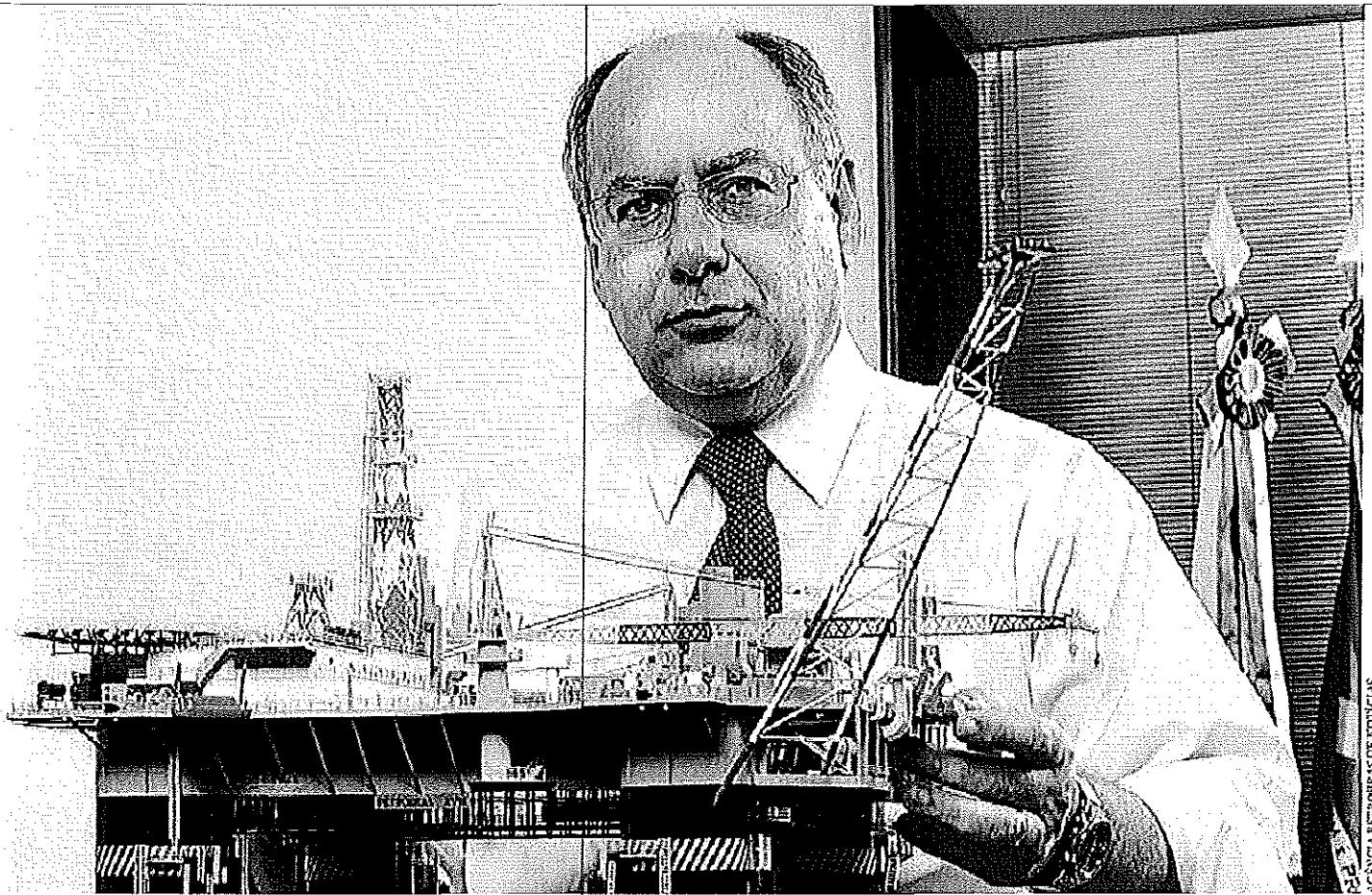
Deputada Aline Corrêa (PP-SP)



Deputado João Pizzolatti (PP-SC)



Deputado Lúz Argôlo (SD-BA)



AGÊNCIA FOTO BRASIL DE KOTCHAS

NA PETROBRAS

Renato Duque, ex-diretor de Serviços, também fazia parte do esquema, segundo Paulo Roberto

Dados do Pessoal	
Nome	ANDRÉ VARGAS
Documento	
Empresa	PT-BR
Confidencial	
Dados do Vôlado	
Pista	1 - Voo 1
Dados da Infraestrutura	
Máscara	

Deputado André Vargas (ex-PT-PR)

Dados do Pessoal	
Nome	ARTHUR LIRA
Documento	
Empresa	PP-AL
Confidencial	
Dados do Vôlado	
Pista	1 - Voo 1
Dados da Infraestrutura	
Máscara	

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Dados do Pessoal	
Nome	NELSON MEURER
Documento	
Empresa	PP-PR
Confidencial	
Dados do Vôlado	
Pista	1 - Voo 1
Dados da Infraestrutura	
Máscara	

Deputado Nelson Meurer (PP-PR)

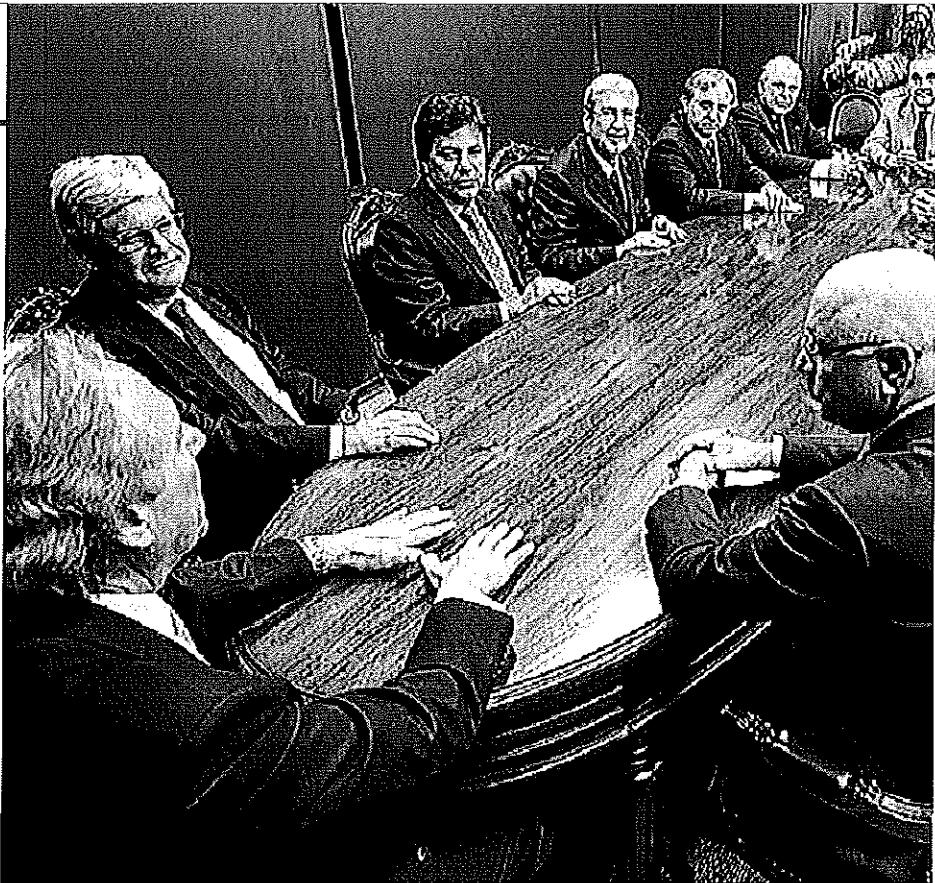
Dados do Pessoal	
Nome	PEDRO CORRÊA
Documento	
Empresa	PP-PE
Confidencial	
Dados do Vôlado	
Pista	1 - Voo 1
Dados da Infraestrutura	
Máscara	

Ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE)

com dinheiro do esquema — que agora, com o acordo de delação premiada, terá de devolver —, ele garante que apenas negociava as comissões e administrava as “demandas” — como a do ex-ministro Antônio Palocci. A operacionalização da propina, em si, era feita por pessoas destacadas por cada um dos partidos envolvidos. Só para se ter uma ideia do volume de dinheiro movimentado pela quadrilha, em apenas uma conta que o ex-diretor da Petrobras mantinha no exterior havia um saldo de 23 milhões de dólares, fruto das chamadas “comissões”.

Mesmo que em seu depoimento o ex-diretor não chegue a confirmar se os 2 milhões de reais pedidos foram de fato repassados à campanha presidencial de Dilma Rousseff, a revelação que ele fez às autoridades é de alta gravidade. Independentemente de o dinheiro ter sido repassado ou não. Fica evidente que o PT e o coordenador da campanha presidencial sabiam do esquema de corrupção na Petrobras e tentaram se valer dele.

Os depoimentos foram enviados ao gabinete do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A revelação de Paulo Roberto que liga o esquema de corrupção na Petrobras ao caixa da campanha presidencial agora depende do depoimento de outro envolvido. O doleiro Alberto Youssef, o operador da "cota do PP", poderá dizer o que se passou a partir do momento em que o ex-diretor o incumbiu de repassar o dinheiro. O caminho para isso está pavimentado. Na quarta-feira, seguindo os passos de Paulo Roberto, Youssef acertou com o Ministério Pùblico os termos de um acordo de delação premiada, em que pretende contar o que sabe em troca da redução de pena. A decisão do doleiro aumentou ainda mais o nível de apreensão entre os políticos envolvidos no esquema. No papel de responsável pelo caixa clandestino

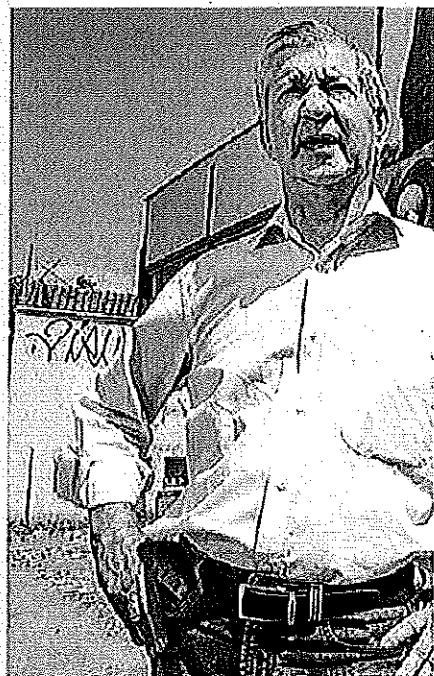


Acima de qualquer suspeita

Caso a Justiça homologue o acordo de delação premiada com o doleiro Alberto Youssef, novas e curiosas histórias envolvendo poder e dinheiro deverão eclodir. Em 2011, no primeiro ano de mandato da presidente Dilma, Mário Negromonte chefiava o poderoso Ministério das Cidades, que tinha um orçamento de 22 bilhões de reais. Ninguém nunca prestou muita atenção no que o ministro fazia depois do expediente. Como servidor público, ele implementava programas de construção de casas populares, viabilizava projetos de saneamento e propunha normas para facilitar a vida dos brasileiros. Exemplo: no fim de 2011, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), órgão subordinado ao ministério, editou uma portaria que obrigava as montadoras a instalar sistemas de localização em todos os carros. Bom para os consumidores, bom para as seguradoras, melhor ainda para as empresas credenciadas a realizar o trabalho de monitoramento de veículos. E excelente para Mário Negromonte, que fazia um bico como consultor de investimentos.

Nessa segunda atividade, pouco antes de a portaria do Denatran ser editada, ele procurou o doleiro Alberto Youssef, seu amigo, e lhe deu uma dica valiosa: o governo estava prestes a editar uma norma que valorizaria muito as empresas de rastreamento de carros. Por acaso, o ministro também conhecia o dono de uma delas — a Controle, sediada em Goiânia — e sabia que ele, embora credenciado a prestar o serviço, enfrentava dificuldades financeiras. Estava à procura de um sócio com dinheiro para investir. Com um conselho tão qualificado, Youssef não pensou duas vezes. Meire Poza, a contadora do doleiro, foi encarregada de viabilizar o negócio. Ela confirma que o ministro deu todas as orientações: "O Negromonte chamou o Beto (Youssef) e disse que tinha uma empresa que tinha a licença do Denatran, só que estava quase quebrada: 'Vai lá e compra que nós estamos com o negócio na mão'".

O doleiro investiu 3 milhões de reais na Controle e comprometeu-se a colocar outros 17 milhões. Com



dinheiro em caixa, a empresa chegou a abrir uma filial em São Paulo para atuar no maior mercado do país. O investimento, porém, até agora não deu lucro. Atendendo a pedidos das montadoras, o governo ainda não fixou a data para que os carros novos saiam da fábrica com o equipa-



SIGILO

Parlamentares foram ao Supremo Tribunal Federal pedir a cópia dos depoimentos de Paulo Roberto

do PP, também cabia a Youssef entregar a propina.

Em junho passado, VEJA mostrou que o escritório do doleiro em São Paulo era um ponto de peregrinação de políticos do PP. Youssef também pode ajudar a polícia a estabelecer outras conexões do esquema. Segundo Paulo Roberto Costa, a diretoria de Serviços, ocupada durante quase dez anos por Renato Duque, ligado ao PT, recolhia comissões que abasteciam exclusivamente o caixa dois do partido e eram administradas por João Vaccari Neto, o tesoureiro oficial. Por meio de sua assessoria, An-

tonio Palocci disse que conhece Paulo Roberto Costa, mas "em momento algum fez a ele pedido de qualquer natureza". Garante que, em 2010, nem sequer se encontrou com o então diretor da Petrobras e que também "não tinha responsabilidade sobre a área financeira" da campanha. A presidente Dilma, informada sobre as revelações do delator, disse, por meio de sua assessoria, que o tesoureiro da campanha presidencial de 2010 era o deputado federal licenciado José de Filippi: "Todas as doações eleitorais recebidas pela campanha foram relacionadas na prestação de contas dirigida ao TSE. Essa prestação de contas foi aprovada e está à disposição de quaisquer interessados na Justiça Eleitoral". Enquanto isso, os elefantes voadores riscam o céu azul da capital em elegantes manobras aéreas. ■

mento, o que deve ocorrer apenas no ano que vem. Procurado, o empresário Luciano Mendes, um dos sócios da Controle, confirmou que esteve com Alberto Youssef e Mário Negromonte durante a negociação da sociedade: "Estive com o ministro no escritório do Youssef duas vezes em 2011". Seu sócio, Celso Secundino, lamenta o desfe-

cho do negócio: "Fomos vítimas de um bandido". Mário Negromonte admite que conhece o doleiro, mas garante que nunca ouviu falar da Controle nem de seus sócios. Ele diz que contrariou muitos interesses quando era ministro e que por isso estaria sendo alvo de ataques.

ROBSON BONIN E HUGO MARQUES



PARCERIA O ex-ministro Mário Negromonte garante que não conhece a empresa Controle nem seus sócios. Celso Secundino, um dos proprietários, diz que eles foram "vítimas de um bandido"